



					COM ENTREGA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO.		
8	5.000	M³	119222	216958	PEDRA BRITA Nº2: AGREGADO GRAÚDO CONFORME ABNT NBR 7211, COM CONTROLE GRANULOMÉTRICO PELA ABNT NBR NM 248. A SER RETIRADO.	R\$85,40	R\$427.000,00
9	5.000	M³	119224	483457	SOLO BRITA (RACHÃO): AGREGADO DE GRANDE DIMENSÃO CONFORME ABNT NBR 7211. COM ENTREGA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO.	R\$110,00	R\$550.000,00
10	5.000	M³	119225	483457	SOLO BRITA (RACHÃO): AGREGADO DE GRANDE DIMENSÃO CONFORME ABNT NBR 7211. A SER RETIRADO	R\$79,75	R\$398.750,00
11	25.000	M³	119228	328403	PEDRA GRADUADA: MISTURA GRANULOMÉTRICA CONFORME ABNT NBR 7181 E NBR 9895 (CBR). COM ENTREGA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO.	R\$135,00	R\$3.375.000,00
12	20.000	M³	119229	328403	PEDRA GRADUADA: MISTURA GRANULOMÉTRICA CONFORME ABNT NBR 7181 E NBR 9895 (CBR). A SER RETIRADO	R\$110,00	R\$2.200.000,00
13	15.000	M³	119231	397968	PEDRA BRITADA 4A: AGREGADO DE GRANDE DIMENSÃO CONFORME ABNT NBR 7211. COM ENTREGA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO.	R\$125,00	R\$1.875.000,00
14	10.000	M³	119233	397968	PEDRA BRITADA 4A: AGREGADO DE GRANDE DIMENSÃO CONFORME ABNT NBR 7211. A SER RETIRADO.	R\$101,00	R\$1.010.000,00
					TOTAL: 18.439.750,00		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 38 do Decreto Municipal nº 316/2023.

1.4. Não há catálogo eletrônico de padronização aplicável ao presente objeto, inexistindo óbice à sua contratação.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Em atendimento ao disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração avaliou a aplicação da reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/06/2026 08:42:30
 PARA CONFERIR A VERDADE DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://im.com.br/202606180842303a93368>





concluindo pela inviabilidade de adoção da cota reservada de 25%, considerando a natureza do objeto, os quantitativos pretendidos, a necessidade de fornecimento contínuo e a preservação da competitividade e da vantajosidade da contratação, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, que está disponível no Portal Nacional de Compras Públicas e pode ser consultado pelo seguinte link: <https://pncp.gov.br/app/pca/76105618000188/2025>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução proposta para a futura e eventual aquisição de agregados pétreos deve contemplar não apenas a necessidade imediata de materiais, mas também considerar o ciclo de vida desses produtos. Isso inclui desde a sua produção até a sua disposição final, garantindo que todas as etapas sejam sustentáveis e eficientes.

3.1.1. Contexto e Justificativa.

A futura e eventual aquisição de pedras e pedriscos (agregados pétreos) é fundamental para a execução e manutenção da infraestrutura viária urbana e rural. Esses materiais são amplamente utilizados em serviços de base e sub-base de pavimentação, drenagem, estabilização de solos, recomposição de vias e demais intervenções realizadas pela Secretaria.

A utilização de agregados pétreos de qualidade garante maior durabilidade das obras, melhor desempenho estrutural das vias e redução de custos com manutenção corretiva. A contratação por meio de licitação assegura transparência, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.1.2. Ciclo de Vida dos agregados pétreos

A solução proposta considera o ciclo de vida dos agregados pétreos a serem adquiridos, abrangendo todas as etapas desde a extração até o descarte final, com vistas à obtenção da melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, bem como à mitigação de impactos ambientais, nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.





3.1.2.1. Fases do Ciclo de Vida

3.1.2.1.1. Extração e Produção

A produção dos agregados pétreos deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, garantindo qualidade, granulometria adequada e desempenho compatível com as necessidades das obras públicas.

A extração e o beneficiamento dos materiais (britagem, peneiramento e classificação) deverão ocorrer em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, assegurando conformidade com a legislação vigente e redução de impactos ambientais.

3.1.2.1.2. Transporte:

O transporte dos agregados deverá ser realizado de forma eficiente, considerando aspectos logísticos que assegurem a entrega em prazo adequado e em condições apropriadas de uso.

Deverá ser observada a adequada cobertura das cargas, evitando perdas de material e impactos ambientais durante o deslocamento, bem como a otimização das rotas, visando à economicidade.

3.1.2.1.3. Aplicação:

A utilização dos agregados pétreos deverá seguir as boas práticas de engenharia e as especificações técnicas aplicáveis, sendo empregados em serviços como pavimentação, drenagem, manutenção de vias e demais intervenções de infraestrutura.

A correta aplicação dos materiais é essencial para garantir a durabilidade, estabilidade e desempenho das obras executadas.

3.1.2.1.4. Manutenção:

Os agregados utilizados devem proporcionar desempenho adequado ao longo do tempo, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes.

A qualidade dos materiais influencia diretamente na durabilidade das obras e na redução de custos com manutenção corretiva.

3.1.2.1.5. Descarte ou Reaproveitamento:

Ao final de sua vida útil, os materiais poderão, sempre que tecnicamente viável, ser reutilizados ou reciclados em novas aplicações, como base e sub-base de pavimentação, contribuindo para a sustentabilidade e a redução de resíduos.

3.1.3. Objetivos da Aquisição:

A presente contratação tem por objetivos:

- Garantir o fornecimento contínuo de agregados pétreos para atendimento das demandas da Secretaria;
- Viabilizar a execução de serviços de manutenção, recuperação e melhoria da malha viária urbana e rural;
- Assegurar a qualidade e durabilidade das intervenções realizadas;
- Promover maior eficiência operacional nas atividades de infraestrutura viária;
- Reduzir custos com manutenção corretiva decorrente de materiais inadequados;





- Contribuir para práticas sustentáveis na execução das obras públicas.

3.1.4. Conclusão

A consideração do ciclo de vida dos agregados pétreos permite à Administração adotar uma solução mais eficiente, econômica e sustentável, assegurando que os materiais adquiridos atendam às exigências técnicas e operacionais ao longo de sua utilização.

Dessa forma, a futura contratação mostra-se adequada ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços e a melhoria da infraestrutura viária do Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a eficiência, economicidade, transparência e qualidade na contratação do fornecimento de **agregados pétreos**, destinados à execução de serviços de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura viária no Município de Campo Largo/PR, é fundamental o estabelecimento de requisitos claros e objetivos.

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1. Práticas de Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas as diretrizes constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, no que couber.

4.1.1. Licenciamento Ambiental.

A licitante deverá apresentar as licenças ambientais compatíveis com a atividade por ela exercida. Quando os materiais forem produzidos por terceiros, deverá ser apresentada também a documentação ambiental pertinente da unidade produtora responsável pela extração ou beneficiamento dos agregados pétreos.

4.1.2. Boas Práticas Ambientais

Deverão ser observadas práticas que visem à redução de impactos ambientais, tais como:

- controle de emissão de poeira nas atividades de extração e transporte;
- manejo adequado de resíduos provenientes da atividade;
- cumprimento da legislação ambiental aplicável.

4.1.3. Transporte Sustentável

O transporte dos materiais deverá ser realizado com veículos em condições adequadas, com cargas devidamente cobertas, visando evitar perdas de material e impactos ao meio ambiente.

4.1.4. Regularidade da Empresa

A empresa licitante deverá possuir alvará de funcionamento válido e demais registros exigidos pela legislação vigente.





4.1.5. Responsabilidade social e trabalhista

4.1.5.1. A contratada deverá comprovar, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços e durante toda a execução contratual, que:

I – não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II – não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringência às normas de combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, nos termos da legislação vigente.

Qualidade dos materiais

4.2. Qualidade dos Materiais

Os agregados pétreos fornecidos deverão atender às especificações mínimas e às normas técnicas aplicáveis, garantindo qualidade e desempenho adequados à finalidade pretendida.

4.2.1. Normas Técnicas

Os materiais deverão atender às normas da ABNT, especialmente no que se refere à granulometria, resistência, limpeza e demais características técnicas aplicáveis ao uso em obras de infraestrutura viária.

4.2.2. Características dos Materiais

Os agregados pétreos deverão apresentar:

- Granulometria adequada, conforme a aplicação (brita, pó de pedra, pedrisco, etc.);
- Isenção de materiais orgânicos, argila, torrões ou impurezas que comprometam seu desempenho;
- Resistência e durabilidade compatíveis com sua utilização em serviços de pavimentação, drenagem e manutenção viária;
- Homogeneidade, garantindo uniformidade no fornecimento.

4.2.3. Controle de Qualidade

A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar ensaios ou laudos técnicos que comprovem a qualidade dos materiais fornecidos, podendo rejeitar aqueles que não atenderem às especificações estabelecidas.

4.2.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Os agregados pétreos fornecidos deverão atender às seguintes especificações técnicas mínimas:

- **Granulometria:** deverá estar de acordo com a aplicação prevista, atendendo às faixas granulométricas estabelecidas em normas técnicas aplicáveis, garantindo adequada compactação e desempenho;
- **Limpeza do material:** os agregados deverão ser isentos de materiais orgânicos, argila, torrões, impurezas ou quaisquer contaminantes que possam comprometer sua qualidade e utilização;
- **Resistência e durabilidade:** os materiais deverão apresentar resistência mecânica adequada ao uso em obras de infraestrutura viária, não se desagregando facilmente sob condições normais de utilização;





- **Forma e textura dos grãos:** os agregados deverão apresentar características que favoreçam o bom desempenho em serviços de pavimentação, drenagem e manutenção viária;
- **Homogeneidade:** o material fornecido deverá manter padrão uniforme entre as cargas, evitando variações que comprometam a execução dos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3.** Devido a natureza do objeto, este item não se aplica, dispensando-se a aplicação do art. 41, inciso IV da Lei 14.133/21.

Subcontratação

- 4.4.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.5.** Não haverá exigência de garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade do objeto e da forma de fornecimento parcelado.

Nos termos da legislação vigente, a exigência de garantia constitui faculdade da Administração, devendo ser adotada apenas quando necessária à mitigação de riscos relevantes na execução contratual.

No presente caso, trata-se de contratação para a futura e eventual aquisição de agregados pétreos, destinados à execução de serviços de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura viária do Município, caracterizando-se como objeto comum, de fornecimento contínuo e sob demanda.

Ademais, considerando que as entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração e mediante emissão de empenho, não se identificam riscos significativos que justifiquem a exigência de garantia contratual.

Dessa forma, a dispensa da garantia observa os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

Vistoria

- 4.6.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Vigência.

- 5.1.1.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contada de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

- 5.1.1.2.** Ocorrendo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, de que trata o item 5.1.1.1., poderá ser incluído todo o quantitativo original da referida Ata, desde que devidamente justificado no processo.





5.1.2. Local de entrega

5.1.2.1. Os locais de entrega dos materiais são: Parque de Máquinas, localizada na Avenida dos Expedicionários, s/nº - Itaquí - Campo Largo/PR ou em local determinado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, dentro do perímetro urbano do Município de Campo Largo, no distrito da Ferraria e nas áreas rurais dos distritos de São Silvestre e Três Córregos.

5.1.2.2. Nos casos dos itens descritos como “a ser retirado”, a empresa vencedora deverá, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços e durante toda a execução contratual, disponibilizar os materiais em local situado em um raio máximo de 40 (quarente) quilômetros do Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, localizado na Avenida dos Expedicionários, s/nº – Itaquí – Campo Largo/PR.

5.1.2.3. A limitação de distância tem por finalidade garantir economicidade, eficiência logística, redução de custos com transporte, agilidade no atendimento das demandas e melhor aproveitamento da mão de obra e da frota municipal, considerando que a retirada será realizada conforme a necessidade da Administração.

5.1.3. Prazo e condições de entrega:

5.1.3.1. A entrega dos materiais deverá ser feita num prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho pela licitante vencedora, conforme quantidades e locais definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária;

5.1.3.2. A relação da transportadora e o custo do frete são de responsabilidade da CONTRATADA e não existe valor mínimo de compra para isenção do mesmo;

5.1.3.3. Não há quantidade mínima para entrega. Os materiais deverão ser fornecidos conforme demanda e necessidade da Contratante.

5.1.3.4. A entrega do material será fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária;

5.1.3.5. A(s) carga(s) em desacordo não será(ão) recebida(s) e, no caso de posterior verificação de divergência, o material ficará à disposição do fornecedor e será considerado não entregue.

5.1.4. O objeto deste Termo de Referência será contratado sob regime de demanda, ou seja, quando houver a necessidade por parte da Prefeitura de Campo Largo. Por tratar-se de Registro de Preços, não haverá, portanto, obrigação da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária a utilização de todos os itens listados logo que seja assinada a Ata.





6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1. Se for constatado alguma irregularidade nos materiais fornecidos, serão escolhidas no mínimo 2 amostras, ou conforme determinação do INMETRO, para serem encaminhadas para Laudo Laboratorial, que deverá atender todos os parâmetros propostos nas especificações vigentes;
- 6.2. As amostras deverão ser retiradas e encaminhadas para laudos, na presença de um representante da Contratante e outro da Contratada;
- 6.3. A Contratada arcará com os custos dos ensaios solicitados (incluindo o transporte ao laboratório e remoção dos restos);
- 6.4. Caso as amostras ensaiadas não atendam às especificações definidas nos itens anteriores e constantes na Normas da ABNT, todo o lote será devolvido e no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada deverá fornecer novo lote que será submetido a mesma rotina de ensaios e julgamentos;
- 6.5. Caso ocorram alterações nas Normas da ABNT, durante a validade da Ata de Registro de Preços, a Contratada deverá se adequar aos novos parâmetros técnicos definidos.
- 6.6. Devido à natureza de material de consumo, não se faz necessária a previsão de serviços de manutenção preventiva e corretiva. O foco deverá estar na garantia de entrega de um produto com as especificações técnicas e de qualidade previamente estabelecidas.
- 6.7. Essas disposições contratuais visam assegurar a qualidade do material fornecido e o pronto atendimento a eventuais problemas, de modo a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campo Largo/PR na aquisição desse material de consumo

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Objetivo da Proposta:

A proposta deverá contemplar o fornecimento de **agregados pétreos**, incluindo a indicação dos tipos de materiais ofertados, quantidades e especificações técnicas, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.

7.2. Especificações das Pedras e Pedriscos

Os materiais ofertados deverão atender às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente no que se refere às características físicas, granulométricas e de qualidade dos agregados, conforme normas aplicáveis, tais como a ABNT NBR 7211 (Agregados para concreto) e demais normas correlatas, ou aquelas que venham a substituí-las, no que couber.

Os agregados deverão apresentar granulometria compatível com sua aplicação, bem como estar





isentos de materiais orgânicos, argila, torrões e outras impurezas que comprometam seu desempenho.

7.3. Produção e qualidade:

Os agregados pétreos deverão ser produzidos em conformidade com as especificações técnicas exigidas, garantindo padrão de qualidade, uniformidade e desempenho adequado à sua aplicação. A qualidade dos materiais poderá ser verificada pela Administração, a qualquer tempo, por meio de inspeções ou ensaios, podendo ser exigida a apresentação de laudos técnicos que comprovem o atendimento às especificações. Caso os materiais não atendam aos requisitos estabelecidos, poderão ser recusados, sem ônus para a Administração.

7.4. Responsabilidades de transporte:

O transporte dos agregados pétreos será de responsabilidade da contratada, devendo a entrega ser realizada no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária, localizado na Avenida dos Expedicionários, nº 4851 – Bom Jesus, Campo Largo/PR, ou em outro local previamente indicado pela Secretaria, dentro do território do Município.

Os materiais deverão ser transportados em condições adequadas, com cargas devidamente cobertas, de forma a evitar perdas e garantir a qualidade até o local de entrega.

7.5. Quantidade de Material

A proposta deverá considerar o quantitativo estimado de agregados pétreos para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária.

O dimensionamento deverá prever eventuais variações na demanda, garantindo o atendimento contínuo das necessidades da Administração, sem prejuízo da execução dos serviços.

7.5.1. A proposta deve considerar que o objeto deste Termo de Referência será contratado sob regime de demanda, ou seja, quando houver a necessidade por parte da Prefeitura de Campo Largo, conforme Item 5.1.4.

7.5.2. Considerar, ainda, que, conforme item 5.1.3.3 Não há quantidade mínima para entrega. Os materiais deverão ser fornecidos conforme demanda e necessidade da Contratante.

7.6. Prazo de entrega: A entrega dos materiais deverá ser feita num prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho pela licitante vencedora, conforme Item 5.1.3.1.

7.6.1. O prazo de entrega dos materiais deve atender ao informado anteriormente, sendo compatível com o cronograma de obras e intervenções planejadas pela contratante. A contratada deve garantir a capacidade de produção e fornecimento contínuo durante o período estipulado.

7.7. Condições de pagamento: As condições de pagamento estão especificadas em tópico próprio neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, incluindo a forma e os prazos para a realização dos pagamentos. A proposta deve prever a possibilidade de medições mensais ou





conforme etapas concluídas, conforme acordado entre as partes.

- 7.8.** Documentação necessária: A contratada deverá apresentar toda a documentação técnica que comprove a qualidade e a conformidade dos materiais produzidos. Certificados de ensaio e relatórios de conformidade deverão ser fornecidos periodicamente, conforme solicitado pela contratante.
- 7.9.** Segurança e meio ambiente: A produção e o fornecimento dos insumos devem atender às normas de segurança do trabalho e de proteção ambiental.
- 7.10.** Estas informações são fundamentais para que os interessados possam elaborar suas propostas de forma adequada, atendendo a todos os requisitos e especificações do ETP, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços.

8. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Senhores Marcelo Miranda dos Santos e Jean Diego de Moreas.
- 10.1.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços, Sr. Jean Diego de Moraes, acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar





os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 10.2.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 10.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 10.4.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor da Ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 10.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 10.6.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 10.7.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.8.** O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos materiais fornecidos.
- 10.9.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 10.10.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade dos materiais fornecidos em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 10.11.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade dos





materiais fornecidos.

10.12. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

10.13. A fiscalização acima descritas, abrange toda a rotina considerada para este fim:

10.13.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamento inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos materiais fornecidos em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da Ata.

11. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.1. O fiscal administrativo da Ata, Senhor Marcelo Miranda dos Santos, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem a Ata como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

12. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





- 12.1.** O gestor da Ata de Registro de Preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 12.2.** O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 12.3.** O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 12.4.** O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 12.5.** O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 12.6.** O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 12.7.** O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Atas para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 13.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará a análise do desempenho e qualidade dos materiais





fornecidos em consonância com as condições do fornecimento, conforme previsto no item 5.1 deste Termo, e o pagamento ocorrerá sobre a parcela efetivamente executada.

- 13.2.** O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente aceita e certificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viária de Campo Largo, de acordo com as condições estabelecidas em edital e seus anexos.
- 13.3.** O pagamento será realizado após a aferição da execução do objeto pelo responsável e atestada a sua ocorrência pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os produtos entregues.

14. LIQUIDAÇÃO

- 14.1.** Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá acessar o portal do cidadão: campolargo.atende.net/cidadao - Acessar Autoatendimento > Serviços Destaque > Nota Fiscal para Pagamento e seguir os demais procedimentos informados no arquivo “Protocolo para Pagamento”, anexo, inserindo os documentos abaixo relacionados:
- Nota de empenho;
 - Nota Fiscal / Fatura / Recibo
 - Solicitação de pagamento;
 - Certidão de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual (Paraná);
 - Certidão Negativa Municipal (Campo Largo/PR);
 - Certidão de Regularidade do FGTS;
 - Outros documentos.
- 14.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade (se aplicável);
 - A data da emissão;
 - Os dados da Ata e do órgão contratante;
 - O período respectivo de execução da Ata;
 - O valor a pagar; e
 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





- 14.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante devido à extrapolação do prazo de pagamento;
- 14.4.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 14.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 14.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 14.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.10.** O CNPJ da contratada constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

- 15.1.** A liquidação e o pagamento serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do





protocolo da nota fiscal, devidamente aferida e assinada pelo fiscal, conforme seção anterior.

15.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

16. FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

17.2. O regime de execução da Ata será por sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso XLV do artigo 6 da Lei 14.133/21.

18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (art. 66 da lei nº 14.133, de 2021)





- 18.2.** Comprovação de existência jurídica do licitante, através da inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, acompanhados de eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 18.3.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 18.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 18.5.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 18.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 18.7.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 18.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 18.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 18.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.11. Qualificação Técnica

- 18.11.1.** Certidão de registro da empresa licitante e do responsável técnico junto ao órgão competente, quando exigível para a atividade desenvolvida.





18.11.2. Caso a licitante não seja a produtora dos agregados pétreos ofertados, deverá apresentar declaração da empresa produtora (pedreira), acompanhada de cópia do contrato social ou documento equivalente, garantindo o fornecimento dos materiais objeto da licitação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

18.11.3. Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA da empresa produtora dos materiais, conforme Lei Federal nº 6.938/1981 e demais normas aplicáveis.

18.11.4. Licença ambiental ou certidão expedida pelo Instituto Água e Terra – IAT da empresa produtora dos materiais, comprovando a regularidade da atividade de extração e beneficiamento dos agregados pétreos.

18.11.5. Alvará de funcionamento da empresa licitante e, quando aplicável, da empresa produtora dos materiais, dentro do prazo de validade.

18.12. Qualificação econômico-financeira

18.12.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.12.2 O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

18.12.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Justificativa técnica:

Os índices de liquidez exigidos visam assegurar a capacidade econômico-financeira mínima necessária para o regular fornecimento dos **agregados pétreos**, garantindo que a empresa contratada possua condições de atender às demandas da Administração de forma contínua e eficiente.

A contratação envolve o fornecimento de materiais em grande volume, com logística de transporte relevante e necessidade de disponibilidade constante, exigindo que a empresa detenha capacidade financeira compatível para suportar custos operacionais, transporte e eventuais reposições.

A exigência mostra-se proporcional e adequada à natureza do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, encontrando respaldo no Acórdão TCE/PR nº 2375/2025, que admite a adoção de índices econômico-financeiros, desde que devidamente justificados e compatíveis com o objeto da contratação.

18.12.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

18.12.4.1. Para fins de comprovação dos índices econômico-financeiros, serão observadas as seguintes fórmulas, conforme critérios contábeis adotados pela Administração Pública:

- **Liquidez Geral (LG)** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)





• **Liquidez Corrente (LC)** = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante

• **Solvência Geral (SG)** = Ativo Total ÷ Passivo Total

18.12.4.2. O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil ou pela utilização da Calculadora Financeira disponível no portal Compras.gov.br.

18.13. Infrações e Sanções Administrativas

18.13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

I – der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

II – der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos;

III – der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

IV – deixar de entregar a documentação exigida;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.13.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica





ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

18.13.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.13.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 18.439.750,00 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais.), obtido por meio de pesquisa de preços e coleta de orçamentos.

19.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado no Mapa de Risco constante da Ata de Registro de Preços.

19.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

19.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

19.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

19.4.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

19.4.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

19.4.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

19.4.6. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





- 19.4.7.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.5.** Os orçamentos colhidos quanto aos fornecedores possuem caráter sigiloso e serão tornados públicos apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
- 19.6.** Salienta-se que a Administração optou por preservar o sigilo dos orçamentos até a conclusão da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, nos termos do Art. 24, da Lei 14.133/21.
- 19.7.** A justificativa para a opção do orçamento sigiloso dos fornecedores, observados os aspectos e características da contratação, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de assegurar o princípio do sigilo sobre propostas para o caso de alguma empresa que tenha fornecido orçamento para estimar a despesa participar da licitação.
- 19.8.** A estimativa preliminar do valor da pretensa contratação, acompanhada do respectivo preço unitário referencial e com a indicação dos elementos que lhe dão suporte, constará de anexo classificado a este Termo de Referência, em decorrência da opção administrativa pelo orçamento estimado sigiloso (fornecedor), conforme as disposições do Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 20.2.** Para atender a esta despesa, será utilizada a seguinte dotação orçamentária ou outra que a venha a substituir:
- Ação: 2010 - Manutenção de Vias Urbanas e Vicinais
- Referência: 1180 - Material de consumo
- Elemento: 3339030540000 - Material p/manutenção e conservação de estradas e vias
- 20.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campo Largo, datado e assinado em meio eletrônico.





Assinatura do Gestor da Ata de Registro de Preços
Secretário Municipal de Infraestrutura Viária

Assinatura do Fiscal Técnico da Ata de Registro de Preços
MARIA FERNANDA LINO DA SILVA

Assinatura do Fiscal Administrativo da Ata de Registro de Preços
MARCELO MIRANDA DOS SANTOS

